



12/7/2022

# MANUAL ELEIÇÕES 2022

Jurídico Nacional do PDT

**PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA -PDT**



## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

**Com intuito de orientar seus candidatos majoritários e proporcionais nas eleições gerais de 2022, o PDT compilou os principais pontos das resoluções sobre calendário eleitoral, registro de candidaturas, propaganda eleitoral e prestação de contas, que passa a ilustrar:**

A escolha de candidatos pelos partidos políticos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 20 de julho a 5 de agosto de 2022, obedecidas as normas estabelecidas no estatuto partidário.

Para concorrer às eleições, o candidato deve ter domicílio eleitoral na respectiva circunscrição no prazo de 06 (seis) meses antes do pleito e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.

Os candidatos serão escolhidos em convenção que deverá ser convocada pelo presidente do respectivo diretório ou comissão provisória, cujo *quórum* a ser observado na votação deve ser estabelecido no estatuto partidário. A não observância do *quórum* estatutário enseja a anulação do ato.

O candidato poderá ser substituído por inelegibilidade, renúncia, falecimento e indeferimento ou cancelamento do registro.

A data limite para que os partidos, as federações e as coligações possam solicitar à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos e candidatas é até as 19h do dia 15 de agosto de 2022, em mídia entregue no Tribunal Eleitoral Competente ou, às 8h, por transmissão via internet.

Se o partido político, a federação ou a coligação não requerer o registro das pessoas escolhidas em convenção, estas podem fazê-lo no prazo máximo de 02 (dois) dias seguintes à publicação do edital de candidatos do respectivo partido político ou coligação no Diário de Justiça Eletrônico.

Nas eleições majoritárias, cada partido, federação ou coligação poderá requerer registro de um candidato a Presidência e um candidato a governador, com seus respectivos vices e candidato ao Senado Federal, com dois suplentes. Já nas eleições proporcionais, cada partido político ou federação poderá registrar candidatos no total de até 100% (cem por cento) do número de lugares a preencher mais 1 (um).

#### **RESERVA POR GÊNERO**

Do número de vagas que deve ser preenchido por partido político ou federação, existe a obrigação legal de se destinar o percentual mínimo de 30% e o máximo de 70% para as candidaturas de cada gênero. O cálculo dos percentuais terá como base o número de candidaturas efetivamente requeridas pelo partido político ou federação, devendo ser observado também nos casos de vagas remanescentes ou de substituição. A inobservância da regra é causa suficiente para o indeferimento do Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários (DRAP) e a exclusão da agremiação do pleito.

#### **FORMULÁRIOS E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O REGISTRO DE CANDIDATURA**

Os pedidos de registro de candidatura deverão ser compostos pelos seguintes formulários, gerados pelo CANDex, e instruídos com os seguintes documentos:

##### **FORMULÁRIO RRC**

**DEVERÁ SER PREENCHIDO COM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES:**

Importante salientar que a identificação da/o candidata/o, na urna, não poderá ter mais de 30 caracteres.

- Dados pessoais: inscrição eleitoral, nome completo ou, se houver, nome social declarado no Cadastro Eleitoral, data de nascimento, unidade da Federação e município de nascimento, nacionalidade, gênero, cor ou raça, se pessoa com deficiência e qual o tipo, estado civil, ocupação, grau de instrução, indicação de ocupação de cargo em comissão ou função



## PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT

### EXECUTIVA NACIONAL

comissionada na administração pública, número da carteira de identidade com o órgão expedidor e a unidade da Federação, número de registro no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

- Dados para contato: telefone móvel que disponha de aplicativo de mensagens instantâneas, endereço eletrônico e endereço completo para recebimento de citações, intimações, notificações e comunicações da Justiça Eleitoral, telefone fixo, endereço do comitê central de campanha e endereço fiscal para atribuição do CNPJ;
- Dados do candidato: partido político, cargo pleiteado, número do candidato, nome para constar da urna eletrônica, informação se é candidato à reeleição, qual cargo eletivo que ocupa e a quais eleições já concorreu;
- Declaração de ciência do candidato de que deverá prestar contas à Justiça Eleitoral, ainda que haja renúncia, desistência, substituição, indeferimento, cassação ou cancelamento do registro;
- Declaração de ciência de que os dados e documentos relativos a seu registro serão divulgados no sítio do Tribunal Superior Eleitoral e tribunais regionais eleitorais;
- Autorização da candidata ou do candidato ao partido, à federação ou coligação para concorrer;
- Declaração de ciência do candidato de que lhe incumbe acessar o mural eletrônico e os meios informados para verificar o recebimento de citações, intimações, notificações e comunicações da Justiça Eleitoral, responsabilizando-se, ainda, por manter atualizadas as informações relativas àqueles meios;
- Endereço eletrônico do sítio do candidato, ou de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, caso já existentes;
- Declaração de ciência da candidata ou do candidato de que as informações prestadas quanto a nome social, gênero, cor ou raça, deficiência, estado civil, ocupação e dados para contato serão utilizados para atualização dos seus dados no Cadastro Eleitoral;

#### DOCUMENTOS EXIGIDOS:

**As certidões criminais, eleitorais e da justiça federal serão solicitadas pelo partido, devendo o candidato providenciar as devidas comprovações de anotações, em inteiro teor, porventura nelas ocorram.**

- Declaração atual de bens assinada por candidato;
- Cópia do título eleitoral ou certidão, fornecida pelo cartório eleitoral;
- Cópia de documento oficial de identificação;
- Certidões criminais fornecidas pelos órgãos de distribuição da Justiça Eleitoral, Federal e Estadual;
- Fotografia recente do candidato, inclusive vice e suplentes, observadas as dimensões e características:
  - a) dimensões: 161 x 225 pixels (L x A), sem moldura;
  - b) profundidade de cor: 24bpp;
  - c) colorida, com cor de fundo uniforme; (Redação dada pela Resolução nº 23.675/2021)
  - d) características: frontal (busto), com trajes adequados para fotografia oficial, assegurada a utilização de indumentária e pintura corporal étnicas ou religiosas, bem como de acessórios necessários à pessoa com deficiência; vedada a utilização de elementos cênicos e de outros adornos, especialmente os que tenham conotação de propaganda eleitoral ou que induzam ou dificultem o reconhecimento do candidato pelo eleitorado;
- Propostas defendidas pelos candidatos a presidente, e a governador;
- Comprovante de alfabetização;
- Prova de desincompatibilização, quando for o caso.



## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

Os requisitos legais referentes a filiação partidária, ao domicílio eleitoral, à quitação eleitoral e à inexistência de crimes eleitorais são aferidos com base nas informações constantes dos bancos de dados da Justiça Eleitoral, sendo dispensada a apresentação de documentos comprobatórios pelos requerentes;

Quanto a prova de alfabetização, pode ser suprida por declaração de próprio punho preenchida pelo candidato, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que vier a disputar algum cargo.

Se as certidões criminais forem positivas, o candidato deverá providenciar as respectivas certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, para que possa instruir o Requerimento de Registro de Candidatura.

A certidão de quitação eleitoral abrangerá a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, e a apresentação de contas de campanha eleitoral.

#### **HOMONÍMIA**

Se houver registros de candidatos que tenham os mesmos nomes, poderá a Justiça Eleitoral exigir do candidato prova de que é conhecido pela opção de nome indicada no pedido de registro; dar preferência ao candidato que até o dia 15 de agosto esteja exercendo mandato eletivo ou o tenha exercido nos últimos quatro anos, ou que, nesse prazo, tenha se candidatado com um dos nomes que indicou; privilegiar o candidato que, por sua vida política, social ou profissional, seja identificado por um dado nome que tenha indicado, desde que não seja utilizado por quem detenha mandato ou já o tenha utilizado antes em registro eleitoral e, ainda, notificar os respectivos candidatos para que cheguem a um acordo.

A pessoa transgênero pode registrar candidatura com o nome social e o gênero com o qual se identifica, basta apenas a autodeclaração do interessado, que deve ser feita em cartório eleitoral até 150 dias antes da eleição, não sendo necessário haver alteração no registro civil.

#### **IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO NA URNA**

Permitido ao candidato identificar pelo Prenome; Sobrenome; Cognome; Nome abreviado; Apelido e nome pelo qual é mais conhecido, desde que não se estabeleça dúvida quanto a sua identidade;

Fica proibido ao candidato, variações nominais que atentem ao pudor, ridículas ou irreverentes ou ainda uso de expressão ou de siglas pertencentes a qualquer órgão da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta.

#### **PRÉ-CAMPANHA E PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA**

A propaganda eleitoral é permitida a partir do dia 16 de agosto de 2022.

Se feita em período anterior, qualifica-se como extemporânea ou antecipada e sujeita o infrator à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ou ao equivalente ao custo da propaganda, se este for maior.

NÃO configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pré-candidatura, exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e ainda:

- A participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico;
- A realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, da discussão de políticas públicas, dos planos de governo ou das



## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

alianças partidárias visando às eleições, podendo tais atividades serem divulgadas pelos instrumentos de comunicação intrapartidária;

- A realização de prévias partidárias e a respectiva distribuição de material informativo, a divulgação dos nomes dos filiados que participarão da disputa e a realização de debates entre os pré-candidatos;
- A divulgação de atos de parlamentares e de debates legislativos, desde que não se faça pedido de votos;
- A divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive em redes sociais, blogs, sítios eletrônicos pessoais e aplicativos (apps);
- A realização, a expensas de partido político, de reuniões de iniciativa da sociedade civil, de veículo ou meio de comunicação ou do próprio partido político, em qualquer localidade, para divulgar ideias, objetivos e propostas partidárias;
- A realização de campanha de arrecadação prévia de recursos na modalidade de financiamento coletivo;

Tais atos poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive internet:

#### **PROPAGANDA ELEITORAL EM GERAL**

Toda e qualquer propaganda eleitoral DEVE:

- Ser feita em língua nacional; mencionar o nome do candidato;
- Mencionar os nomes dos candidatos a vice, de modo claro e legível, em tamanho não inferior a 30% (trinta por cento) do nome do titular;
- Mencionar a legenda partidária.

Toda e qualquer propaganda eleitoral NÃO DEVE:

- Fazer apologia à guerra, a processos violentos para subverter o regime, a ordem política e social;
- Veicular preconceitos de origem, etnia, raça, sexo, cor, idade, religiosidade, orientação sexual, identidade de gênero e quaisquer outras formas de discriminação, inclusive contra pessoa em razão de sua deficiência; provocar animosidade entre as forças armadas ou contra elas, ou delas contra as classes e instituições civis; Incitar atentado contra pessoa ou bens;
- Instigar a desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública;
- Implicar em oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;
- Perturbar o sossego público, com algazarra ou abusos de instrumentos sonoros ou sinais acústicos, inclusive aqueles provocados por fogos de artifício;
- Ser feita por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda; prejudicar a higiene e a estética urbana;
- Caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública ou desrespeitar os símbolos nacionais;
- Promover desordem informativa com a propalação de notícias falsas (fake news);
- Usar de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista;
- Depreciar a condição de mulher ou estimular sua discriminação em razão do sexo feminino, ou em relação à sua cor, raça ou etnia.



## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

#### **PROPAGANDA ELEITORAL EM SEDE DE PARTIDO POLÍTICO E COMITÊS DE CAMPANHA**

É assegurado aos partidos políticos, às federações e às coligações, devidamente registrados, o direito, independentemente de licença da autoridade pública e do pagamento de qualquer contribuição, fazer inscrever, na fachada de suas sedes e dependências, o nome que os designe, número da candidata ou candidato pela forma que melhor lhes parecer, em dimensões que não excedam 4m<sup>2</sup>. (quatro metros quadrados).

Nos demais comitês de campanha, que não o central, a divulgação dos dados da candidatura deverá observar o limite de 0,5m<sup>2</sup> (meio metro quadrado). Registre-se que a justaposição de propaganda que exceda essas dimensões caracteriza publicidade irregular, em razão do efeito visual único, ainda que se tenha respeitado, individualmente, os limites respectivos.

#### **PROPAGANDA MEDIANTE DISTRIBUIÇÃO DE FOLHETOS, ADESIVOS, VOLANTES E OUTROS IMPRESSOS**

Em vias públicas e locais não afetados à prestação de serviço público, é livre a distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos, não sendo necessária autorização do Poder Público ou da Justiça Eleitoral para a realização dessa ação, sendo facultada a impressão em braile.

Todo material impresso de campanha eleitoral deverá conter o número de inscrição no CNPJ ou o número de inscrição no CPF do responsável pela confecção, bem como de quem a contratou, e a respectiva tiragem, respondendo o infrator pelo emprego de processo de propaganda vedada e, se for o caso, pelo abuso de poder.

Quanto ao tamanho, os adesivos poderão ter a dimensão máxima de 0,5m<sup>2</sup> (meio metro quadrado).

A divulgação desses impressos só pode ocorrer até as 22 horas do dia anterior ao das eleições, inclusive acompanhadas por carro de som ou mini trio, considerando-se crime sua distribuição no dia do pleito. Além disso, não pode haver distribuição em locais de prestação de serviço público, tais como o interior de repartições públicas, escolas e universidades.

#### **COMÍCIO, SHOWMÍCIO E EVENTOS ASSEMELHADOS**

O comício pode ocorrer até 48 horas antes do pleito. Sua realização independe de licença policial ou judicial. Entretanto, é importante que o candidato, partido ou coligação promotora do evento comunique à autoridade policial em, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas antes de sua realização, a fim de que esta lhe garanta, segundo a prioridade do aviso, o direito contra quem tencione usar o local no mesmo dia e horário. A sonorização poderá ser feita por alto-falantes ou amplificadores de som, no horário compreendido entre as 8 (oito) e 24 (vinte e quatro) horas, podendo o comício de encerramento da campanha se estender por mais 2 (duas) horas, ou seja, encerrar às 2 horas da madrugada.

É proibida a realização de showmício e de evento assemelhado, presencial ou transmitido pela internet, para promoção de candidatas e candidatos e a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral, respondendo a pessoa infratora pelo emprego de processo de propaganda vedada e, se for o caso, pelo abuso de poder.

#### **CANDIDATO ARTISTA**

Os cantores, atores e apresentadores poderão exercer as atividades normais de sua profissão durante o período eleitoral, exceto em programas de rádio e televisão, na animação de comício ou para divulgação, ainda que de forma dissimulada, de sua candidatura ou de campanha eleitoral.

#### **PROPAGANDA ELEITORAL MEDIANTE O USO DE ALTO-FALANTE CARRO DE SOM, MINITRIO E TRIO-ELÉTRICO**

O funcionamento de alto-falantes ou amplificadores de som somente é permitido no período de 8 a 22 horas, até a véspera do dia da eleição, sendo vedados a instalação e o uso de tais equipamentos em distância inferior a 200 (duzentos) metros das sedes dos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das sedes dos



## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

Tribunais Judiciais, dos quartéis e outros estabelecimentos militares; dos hospitais e casas de saúde; das escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quando em funcionamento.

É permitida a circulação de carros de som e mini trios, como meio de propaganda eleitoral, apenas em carreatas, caminhadas e passeatas ou durante reuniões e comícios, desde que observado o limite de 80 (oitenta) decibéis de nível de pressão sonora, medido a 7 (sete) metros de distância do veículo, e respeitadas as vedações supracitadas.

Fica vedada a utilização de trios elétricos em campanhas eleitorais, exceto para a sonorização de comícios.

#### **CAMINHADA, PASSEATA E CARREATA**

Esses eventos podem ser realizados até as 22 horas da véspera do dia que antecede a eleição.

#### **PROPAGANDA ELEITORAL EM TEMPLO, CULTO E CERIMÔNIA RELIGIOSOS**

Por se tratar de locais de uso comum, é vedada a realização de propaganda eleitoral nesses espaços e atos religiosos.

#### **PROPAGANDA ELEITORAL ATRAVÉS DE DISPAROS EM MASSA DE MENSAGENS**

É vedada a realização de propaganda por meio de disparo em massa de mensagens instantâneas sem consentimento da pessoa destinatária ou a partir da contratação expedientes, tecnologias ou serviços não fornecidos pelo provedor de aplicação e em desacordo com seus termos de uso.

#### **PROPAGANDA ELEITORAL MEDIANTE DISTRIBUIÇÃO DE BENS OU VANTAGENS**

Durante a campanha eleitoral, fica vedada a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.

#### **PROPAGANDA ELEITORAL VIA TELEMARKETING**

É vedada a realização de propaganda eleitoral via telemarketing em qualquer horário.

#### **PROPAGANDA ELEITORAL NA IMPRENSA ESCRITA**

São permitidas, até a antevéspera das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, e a reprodução na Internet do jornal impresso, de até 10 (dez) anúncios de propaganda eleitoral, por veículo, em datas diversas, para cada candidato, no espaço máximo, por edição, de 1/8 (um oitavo) de página de jornal padrão e de 1/4 (um quarto) de página de revista ou tabloide. Deverá constar do anúncio, de forma visível, o valor pago pela inserção.

Não caracteriza propaganda eleitoral a divulgação de opinião favorável a candidato, a candidata, a partido político, federação ou a coligação pela imprensa escrita, desde que não seja matéria paga, mas os abusos e os excessos, assim como as demais formas de uso indevido do meio de comunicação, serão apurados e punidos nos termos do artigo 22 da Lei Complementar 64/90.

É autorizada a reprodução virtual das páginas do jornal impresso na internet, desde que seja feita no sítio do próprio jornal, independentemente do seu conteúdo, devendo ser respeitado integralmente o formato gráfico e o conteúdo editorial da versão impressa, atendidas as limitações dispostas em lei.

O limite de anúncios previsto pela legislação eleitoral será verificado de acordo com a imagem ou o nome do respectivo candidato ou candidata, independentemente de quem tenha contratado a divulgação da propaganda.

#### **PROPAGANDA ELEITORAL NO RÁDIO E NA TELEVISÃO**

É vedada a propaganda paga, devendo restringir-se ao horário eleitoral gratuito.

A partir do dia 6 de agosto de 2022, é proibido às emissoras de rádio e de televisão, em sua programação normal e noticiário:



## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

- Transmitir, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados;
- Veicular propaganda política;
- Dar tratamento privilegiado a candidata, candidato, partido político, federação ou coligação;
- Veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidata, candidato ou a partido político, federação ou coligação, mesmo que dissimuladamente, exceto programas jornalísticos ou debates políticos;
- Divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome do candidato ou o nome por ele indicado para uso na urna eletrônica, e, sendo coincidentes os nomes do programa e do candidato, fica proibida a sua divulgação, sob pena de cancelamento do respectivo registro.

A partir de 30 de junho de 2022, é vedado ainda às emissoras transmitir programa apresentado ou comentado por pré-candidato, sob pena, no caso de sua escolha na convenção partidária, de imposição de multa e de cancelamento do registro da candidatura do beneficiário.

A propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, relativa ao primeiro turno, inicia-se no dia 26 de agosto de 2022, encerrando-se no dia 29 de setembro de 2022.

#### **PROPAGANDA ELEITORAL NA INTERNET**

É permitida a propaganda eleitoral na internet a partir do dia 16 de agosto, podendo ser realizada:

- Em sítio do candidato ou candidata, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;
- Em sítio do partido político, federação ou da coligação, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;
- Por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, candidata, pelo partido político, federação ou pela coligação, desde que respeitados os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados;
- Por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos, candidatas, partidos políticos, federações ou coligações; ou qualquer pessoa natural, desde que não contrate impulsionamento de conteúdos e disparo em massa.

É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de conteúdos, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos políticos, federações, coligações, candidatos, candidatas e pessoas representantes.

#### **CONDUTAS VEDADAS NA PROPAGANDA FEITA NA INTERNET**

- A veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet;
- A publicação, ainda que gratuita, de propaganda eleitoral em sítios de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos;
- A publicação em sítios oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;





## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

- A manifestação sob anonimato, por meio da internet ou outros meios de comunicação interpessoal mediante mensagem eletrônica
- A venda, utilização, cessão ou doação de cadastro de endereços eletrônicos;
- A realização de propaganda atribuindo indevidamente sua autoria a terceiro, inclusive a candidato, partido ou coligação;
- A veiculação de conteúdos de cunho eleitoral mediante cadastro de usuário de aplicação de Internet com a intenção de falsear identidade;
- A utilização de impulsionamento de conteúdos e ferramentas digitais não disponibilizadas pelo provedor da aplicação de internet, ainda que gratuitas, para alterar o teor ou a repercussão de propaganda eleitoral, tanto próprios quanto de terceiros.

#### **FAKENEWS**

A utilização, na propaganda eleitoral, de qualquer modalidade de conteúdo, inclusive veiculado por terceiros, pressupõe que o candidato, o partido ou a coligação tenha verificado a presença de elementos que permitam concluir, com razoável segurança, pela falsidade da informação. O candidato diretamente atingido pode solicitar direito de resposta, sem prejuízo de eventual responsabilização penal.

Importante ressaltar que, no dia 15 de fevereiro de 2022, o TSE e as plataformas Twitter, TikTok, Facebook, WhatsApp, Google, Instagram, YouTube e Kwai firmaram memorando de entendimento para a coordenação de esforços para o combate às fake news no pleito deste ano.

#### **DENÚNCIAÇÃO CALUNIOSA ELEITORAL**

Constitui crime, punível com reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, de investigação administrativa, de inquérito civil ou ação de improbidade administrativa, atribuindo a alguém a prática de crime ou ato infracional de que o sabe inocente, com finalidade eleitoral. A pena é aumentada de sexta parte se o agente se servir do anonimato ou de nome suposto.

Incorre nas mesmas penas quem, comprovadamente ciente da inocência da pessoa denunciada e com finalidade eleitoral, divulga ou propala, por qualquer meio ou forma, o ato ou fato que lhe foi falsamente atribuído.

#### **REMOÇÃO DE CONTEÚDO NA INTERNET**

Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, as ordens judiciais de remoção de conteúdo divulgado na internet serão limitadas às hipóteses em que, mediante decisão fundamentada, sejam constatadas violações às regras eleitorais ou ofensas a direitos de pessoas que participam do processo eleitoral.

#### **SUSPENSÃO DE SÍTIOS DA INTERNET**

A requerimento do Ministério Público, de candidata, de candidato, partido, federação ou coligação, a Justiça Eleitoral poderá determinar, no âmbito e nos limites técnicos de cada aplicação de internet, a suspensão do acesso a todo conteúdo veiculado que deixar de cumprir as disposições legais, devendo o número de horas de suspensão ser definida proporcionalmente à gravidade da infração cometida em cada caso, observado o limite máximo de 24 (vinte e quatro) horas. A cada reiteração da conduta, será duplicado o período de suspensão.

#### **PROPAGANDA ELEITORAL NO DIA DA ELEIÇÃO**

No dia das eleições, é permitida a manifestação individual e silenciosa da preferência da eleitora ou do eleitor por partido político, coligação, federação, candidata ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos, adesivos e camisetas.



## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

Fica, terminantemente proibido até o término do horário de votação, sob pena de configurar CRIME DE DIVULGAÇÃO DE PROPAGANDA:

- Aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado ou instrumentos de propaganda, com ou sem utilização de veículos;
- Caracterização de manifestação coletiva e/ou ruidosa, com ou sem utilização de veículos;
- Abordagem, aliciamento, utilização de métodos de persuasão ou convencimento;
- Distribuição de camisetas;
- No recinto das seções eleitorais e juntas apuradoras, é proibido às servidoras e aos servidores da Justiça Eleitoral, às mesárias e aos mesários e às escrutinadoras e aos escrutinadores o uso de vestuário ou objeto que contenha qualquer propaganda de partido político, coligação, federação, candidata ou candidato;
- Aos fiscais partidários, nos trabalhos de votação, a padronização do vestuário, ao que só é permitido que, de seus crachás, constem o nome e a sigla do partido, federação ou coligação a que sirvam.

#### **CRIMES NO DIA DA ELEIÇÃO**

No dia da eleição, constituem-se crimes puníveis com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de cinco mil a quinze mil reais:

- O uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício e carreata;
- A arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna;
- A divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos;
- A publicação de novos conteúdos ou o impulsionamento de conteúdos nas aplicações de internet, podendo ser mantidos em funcionamento as aplicações e os conteúdos publicados anteriormente.

Considera-se propaganda irregular o derrame ou a anuência de material de propaganda no local de votação ou nas vias próximas, ainda que realizado na véspera da eleição, sujeitando-se o infrator à multa prevista no §1º do art. 37 da Lei nº 9.504/1997, sem prejuízo da apuração do crime previsto no inciso III do §5º do art. 39 da Lei nº 9.504/97.

#### **FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

##### **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**

##### **REQUISITOS PARA ARRECADAÇÃO**

A arrecadação de recursos para campanha eleitoral de qualquer natureza deverá observar os seguintes pré-requisitos:

Para candidatos e candidatas:

- Requerimento do registro de candidatura;
- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Abertura de conta bancária específica destinada a registrar a movimentação financeira de campanha;
- Emissão de recibos eleitorais, na hipótese de doações estimáveis em dinheiro e doações pela internet.

##### **CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA**

É obrigatória para os partidos políticos e os candidatos a abertura de conta bancária específica, na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil ou em outra instituição financeira com carteira comercial reconhecida pelo Banco Central do Brasil, mesmo que não ocorra arrecadação e/ou movimentação de recursos financeiros.



## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

#### Para candidatos:

A conta bancária deve ser aberta em agências bancárias, postos de atendimento bancário ou por meios eletrônicos no prazo de 10 (dez) dias contados da concessão do CNPJ pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

#### **EXCEÇÕES À OBRIGATORIEDADE DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA:**

A obrigatoriedade de abertura de conta bancária eleitoral não se aplica às candidaturas:

Em circunscrição onde não haja agência bancária ou posto de atendimento bancário;

Cujo candidato renunciou ao registro, desistiu da candidatura, teve o registro indeferido ou foi substituído antes do fim do prazo de 10 (dez) dias a contar da emissão do CNPJ de campanha, desde que não haja indícios de arrecadação de recursos e realização de gastos eleitorais.

#### **DOCUMENTOS PARA ABERTURA DE CONTAS BANCÁRIAS**

#### Para candidatos:

- Requerimento de Abertura de Conta Bancária, disponível na página dos tribunais eleitorais na internet;
- Comprovante de inscrição no CNPJ para as eleições, disponível na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na internet ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- Nome dos responsáveis pela movimentação da conta bancária com endereço atualizado;

Os bancos têm a obrigatoriedade de acatar, em até 03 (três) dias, o pedido de abertura de conta de qualquer candidato escolhido em convenção, sendo-lhes vedado condicioná-la ao depósito mínimo e à cobrança de taxas ou de outras despesas de manutenção. Ademais, devem identificar, nos extratos bancários das contas correntes, o CPF ou o CNPJ do doador e do fornecedor de campanha. Por fim, devem também encerrar as contas bancárias dos candidatos e dos partidos políticos destinadas à movimentação dos recursos do Fundo Partidário e do FEFC.

#### **ORIGEM DOS RECURSOS:**

Os recursos destinados às campanhas eleitorais, respeitados os limites previstos, somente são admitidos quando provenientes de:

- Recursos próprios dos candidatos;
- Doações financeiras ou estimáveis em dinheiro de pessoas físicas;
- Doações de outros partidos políticos e de outros candidatos;
- Comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos de arrecadação realizados diretamente pelo candidato ou pelo partido político;
- Recursos próprios dos partidos políticos, desde que identificada a sua origem e que sejam provenientes: do Fundo Partidário, de que trata o art. 38 da Lei nº 9.096/1995; do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC); de doações de pessoas físicas efetuadas aos partidos políticos; de contribuição dos seus filiados; da comercialização de bens, serviços ou promoção de eventos de arrecadação; de rendimentos decorrentes da locação de bens próprios dos partidos políticos;
- Rendimentos gerados pela aplicação de suas disponibilidades.

#### **FUNDO ESPECIAL DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS PARTIDOS POLÍTICOS**

#### **(FUNDO PARTIDÁRIO)**

#### **CANDIDATURAS FEMININAS E DE PESSOAS NEGRAS**



## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

Os partidos políticos devem destinar, no mínimo, 30% do montante de recursos do Fundo Partidário ao financiamento de candidaturas femininas nas eleições majoritárias e proporcionais. Havendo percentual mais elevado de candidaturas femininas, o mínimo de recursos do Fundo Partidário deve ser aplicado no financiamento das campanhas de candidatas na mesma proporção.

Diante das novas regras para as Eleições de 2022, devem ser destinados percentuais, de acordo com a proporção entre mulheres negras e não negras e homens negros e não negros do partido. Os percentuais de candidaturas femininas e de pessoas negras será obtido pela razão dessas candidaturas em relação ao total de candidaturas da representação do partido político na circunscrição do pleito.

#### **FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC)**

##### **CANDIDATURAS FEMININAS**

Assim como ocorre no Fundo Partidário, os partidos políticos devem destinar, no mínimo, 30% do montante do FEFC para aplicação nas campanhas de suas candidatas. Havendo percentual mais elevado de candidaturas femininas, o mínimo de recursos do FEFC deve ser aplicado no financiamento de campanhas de candidatas na mesma proporção.

##### **CANDIDATURAS DE PESSOAS NEGRAS**

Ressalta-se que, para as Eleições de 2022, devem ser destinados percentuais, de acordo com a proporção entre mulheres negras e não negras e homens negros e não negros do partido. Os percentuais de candidaturas femininas e de pessoas negras será obtido pela razão dessas candidaturas em relação ao total de candidaturas da representação do partido político na circunscrição do pleito.

Assim, para cálculo de recursos do Fundo Partidário destinados a candidaturas negras/os, pardas/os, cada partido deverá primeiramente separar candidaturas masculinas e femininas, independentemente da raça. Depois, cada legenda deverá calcular o percentual de candidatas negras em relação ao total das candidaturas femininas do partido, bem como o percentual de candidaturas de negros em relação ao total dos candidatos.

Diante da Emenda Constitucional 111, para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro, ao que deve-se atentar no pleito deste ano.

##### **DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E DE RECURSOS PRÓPRIOS DO CANDIDATO**

As doações de pessoas físicas e de recursos próprios somente poderão ser realizadas, inclusive pela internet, por meio de:

- Transação bancária na qual o CPF do doador seja obrigatoriamente identificado;
- Doação ou cessão temporária de bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro, com a demonstração de que o doador é proprietário do bem ou é o responsável direto pela prestação de serviços;
- Instituições que promovam técnicas e serviços de financiamento coletivo por meio de sítios da internet, aplicativos eletrônicos e outros recursos similares.

As doações realizadas por pessoas físicas são limitadas a 10% (dez por cento) dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano-calendário anterior à eleição, não sendo aplicável tal limite nas hipóteses de doação estimável em dinheiro relativas à utilização de bens móveis e imóveis do doador, que não ultrapassem o valor estimado de R\$40.000,00.

O candidato poderá usar recursos próprios em sua campanha até o total de 10% dos limites previstos para os gastos de campanha no cargo em que concorrer, sendo vedada aplicação indireta desses recursos mediante a utilização de doação a terceiro, com a finalidade de burlar o referido limite legal.



## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

As doações acima destes limites sujeitarão o infrator ao pagamento de multa no valor de até 100% (cem por cento) da quantia em excesso, sem prejuízo de o candidato responder por abuso do poder econômico.

#### **RECIBO ELEITORAL**

Deverá ser emitido recibo eleitoral de toda e qualquer arrecadação de recursos estimáveis em dinheiro para a campanha eleitoral, inclusive próprios, e por meio da internet.

As doações financeiras devem ser comprovadas, obrigatoriamente, por meio de documento bancário que identifique o CPF/CNPJ dos doadores, sob pena de configurar o recebimento de recursos de origem não identificada.

No caso das doações com cartão de crédito, o recibo eleitoral deverá ser emitido no ato da doação, devendo ser cancelado na hipótese de estorno, desistência ou não confirmação da despesa do cartão.

#### **FINANCIAMENTO COLETIVO (CROWDFUNDING)**

A partir do dia 15 de maio do ano eleitoral, é facultada aos pré-candidatos a arrecadação prévia de recursos nesta modalidade. No entanto, a liberação de tais recursos por parte das entidades arrecadadoras fica condicionada ao requerimento de registro de candidatura, inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e abertura de conta bancária específica destinada a registrar a movimentação financeira de campanha pelo candidato.

Se não for solicitado o registro de candidatura, as entidades arrecadadoras deverão devolver os valores arrecadados aos doadores na forma e nas condições estabelecidas entre a entidade arrecadadora e o pré-candidato.

#### **COMO FUNCIONARÁ O FINANCIAMENTO COLETIVO**

As instituições arrecadadoras deverão realizar cadastro prévio na Justiça Eleitoral, observado o atendimento, nos termos da lei e da regulamentação expedida pelo Banco Central do Brasil, dos critérios para operar arranjos de pagamento;

As instituições arrecadadoras deverão identificar, obrigatoriamente, o nome completo e o número de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) de cada um dos doadores, o valor das quantias doadas individualmente, a forma de pagamento e as datas das respectivas doações;

As instituições arrecadadoras deverão disponibilizar, em sítio eletrônico, lista com identificação dos doadores e das respectivas quantias doadas, a ser atualizada instantaneamente a cada nova doação, cujo endereço eletrônico, bem como a identificação da instituição arrecadadora, devem ser informados à Justiça Eleitoral, na forma por ela fixada;

As instituições arrecadadoras deverão emitir, obrigatoriamente, recibos de comprovação para cada doação realizada, sob pena de responsabilidade;

As instituições arrecadadoras deverão enviar, de imediato, para a Justiça Eleitoral, na forma por ela estabelecida, e para o candidato, todas as informações relativas à doação;

As instituições arrecadadoras deverão dar ampla ciência a candidatos e eleitores acerca das taxas administrativas a serem cobradas pela realização do serviço;

As instituições arrecadadoras deverão observar a não incidência de doações em quaisquer das hipóteses de vedação listadas no art. 31 da Resolução TSE nº 23.607/2019;

As instituições arrecadadoras deverão observar o Calendário Eleitoral para arrecadação de recursos, especialmente quanto aos requisitos dispostos no art. 3º da Resolução TSE nº 23.607/2019;

As instituições arrecadadoras deverão movimentar os recursos captados na conta bancária destinada ao recebimento de doações para campanha;



## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

As instituições arrecadoras deverão observar os dispositivos da legislação eleitoral relacionados à propaganda na internet.

#### **COMERCIALIZAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS**

Para a comercialização de bens e/ou serviços e/ou a promoção de eventos que se destinem a arrecadar recursos para campanha eleitoral, o partido político ou o candidato deve:

- Comunicar sua realização, formalmente e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, à Justiça Eleitoral, que poderá determinar sua fiscalização;
- Manter à disposição da Justiça Eleitoral a documentação necessária à comprovação de sua realização e de seus custos, despesas e receita obtida.
- Os valores arrecadados constituem doação e devem observar todas as regras para o recebimento de doação, razão pela qual as despesas e as receitas relativas à realização do evento devem ser comprovadas por documentação idônea.
- Os comprovantes relacionados ao recebimento dos recursos deverão conter referência que o valor recebido caracteriza doação eleitoral, com menção ao limite legal de doação, advertência de que a doação acima de tal limite poderá gerar a aplicação de multa de até 100% (cem por cento) do valor do excesso e de que devem ser observadas as vedações da lei eleitoral.

#### **FONTES VEDADAS DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA**

É vedado a partido político e a candidato receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de pessoas jurídicas, origem estrangeira e pessoa física permissionária de serviço público.

#### **DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS**

O recurso recebido por candidato ou partido oriundo de fontes vedadas deve ser imediatamente devolvido ao doador, sendo vedada sua utilização ou aplicação financeira. Na impossibilidade de devolução, o prestador de contas deve providenciar imediatamente a transferência dos recursos recebidos ao Tesouro Nacional, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

A transferência de recurso recebido de fonte vedada para outro órgão partidário ou candidato não isenta o donatário da obrigação de devolver esse recurso. O beneficiário da transferência cuja origem seja considerada fonte vedada responde solidariamente pela irregularidade e as consequências serão aferidas por ocasião do julgamento das respectivas contas.

#### **GASTOS ELEITORAIS**

Os gastos eleitorais de natureza financeira, ressalvados os de pequeno vulto, somente podem ser efetuados por meio de cheque nominal cruzado, transferência bancária que identifique o CPF ou o CNPJ do beneficiário, débito em conta, cartão de débito da conta bancária ou PIX, somente se a chave utilizada for o CPF ou CNPJ.

#### **DESAPROVAÇÃO DE CONTAS E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE RECURSOS**

A devolução ou a determinação de devolução de recursos recebidos de fonte vedada não impede, se for o caso, a desaprovação das contas, quando constatado que o candidato se beneficiou, ainda que temporariamente, dos recursos ilícitos recebidos, assim como a apuração do fato na forma do art. 30-A da Lei nº 9.504/1997, do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 e do art. 14, § 10, da Constituição da República.

Consideram-se gastos de pequeno vulto as despesas individuais que não ultrapassem o limite de meio salário-mínimo, vedado o fracionamento de despesa.

#### **GASTOS ELEITORAIS SUJEITOS A REGISTRO**



## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

São considerados gastos eleitorais, sujeitos ao registro e, pois, à prestação de contas:

- Confecção de material impresso de qualquer natureza, observado o tamanho fixado no § 2º, inciso II do art. 37 e nos §§ 3º e 4º do art. 38, todos da Lei nº 9.504/1997;
- Propaganda e publicidade direta ou indireta, por qualquer meio de divulgação;
- Aluguel de locais para a promoção de atos de campanha eleitoral;
- Despesas com transporte ou deslocamento de candidato e de pessoal a serviço das candidaturas;
- Correspondências e despesas postais;
- Despesas de instalação, organização e funcionamento de comitês de campanha e serviços necessários às eleições;
- Remuneração ou gratificação de qualquer espécie paga a quem preste serviço a candidatos e a partidos políticos;
- Montagem e operação de carros de som, de propaganda e de assemelhados;
- Realização de comícios ou eventos destinados à promoção de candidatura;
- Produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, inclusive os destinados à propaganda gratuita;
- Realização de pesquisas ou testes pré-eleitorais;
- Custos com a criação e a inclusão de páginas na internet e com o impulsionamento de conteúdos contratados diretamente de provedor da aplicação de internet com sede e foro no país;
- Multas aplicadas, até as eleições, aos candidatos e partidos políticos por infração do disposto na legislação eleitoral;
- Doações para outros partidos políticos ou outros candidatos;
- Produção de jingles, vinhetas e slogans para propaganda eleitoral.

#### **GASTOS ELEITORAIS NÃO SUJEITOS AO REGISTRO**

Não são consideradas gastos eleitorais, não se sujeitando à prestação de contas e não podendo ser pagas com recursos da campanha, as seguintes despesas de natureza pessoal do candidato:

- Combustível e manutenção de veículo automotor usado pelo candidato na campanha;
- Remuneração, alimentação e hospedagem do condutor do veículo a ser utilizado na campanha;
- Alimentação e hospedagem própria;
- Uso de linhas telefônicas registradas em seu nome como pessoa física, até o limite de três linhas.

#### **CANDIDATURA POR PREFERÊNCIA**

Com a finalidade de apoiar candidato de sua preferência, qualquer eleitor pode realizar pessoalmente gastos totais até o valor de R\$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos), não sujeitos à contabilização, desde que não reembolsados.

#### **GASTOS COM MILITÂNCIA**

A realização de gastos eleitorais para contratação direta ou terceirizada de pessoal para prestação de serviços referentes a atividades de militância e mobilização de rua nas campanhas eleitorais observará os seguintes critérios para aferição do limite de número de contratações:

- Em municípios com até 30 mil eleitores, não excederá a 1% (um por cento) do eleitorado;



## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

- Nos demais municípios e no Distrito Federal, corresponderá ao número máximo apurado no inciso I, acrescido de uma contratação para cada mil eleitores que excederem o número de 30 mil.

- São excluídos dos limites fixados a militância não remunerada, pessoal contratado para apoio administrativo e operacional, fiscais e delegados credenciados para trabalhar nas eleições e advogados dos candidatos ou dos partidos políticos e das coligações.

O Tribunal Superior Eleitoral, após o fechamento do cadastro eleitoral, divulgará, na sua página na internet, os limites quantitativos anteriormente mencionados.

#### **LIMITE DE GASTOS**

O limite de gastos fixado para o cargo da eleição majoritária é único e inclui os gastos realizados pelo candidato ao cargo de vice ou suplente.

A Presidência do Tribunal Superior Eleitoral publicará portaria até 20 de julho de 2022 para divulgação dos limites de gastos de campanha.

Os limites de gastos para cada eleição compreendem os gastos realizados pelo candidato e os efetuados por partido político que possam ser devidamente individualizados, e incluirão:

- O total dos gastos de campanha contratados pelos candidatos;
- As transferências financeiras efetuadas para outros partidos políticos ou outros candidatos;
- As doações estimáveis em dinheiro recebidas.
- Os valores transferidos pelo candidato para a conta bancária do seu partido político serão considerados, para a aferição do limite de gastos, no que excederem as despesas realizadas pelo partido político em prol de sua candidatura, excetuada a transferência das sobras de campanhas.

As despesas com consultoria, assessoria e pagamento de honorários realizadas em decorrência da prestação de serviços advocatícios e de contabilidade no curso das campanhas eleitorais serão consideradas gastos eleitorais, mas serão excluídas do limite de gastos de campanha. Para fins de pagamento destas despesas, poderão ser utilizados recursos da campanha, do candidato, do Fundo Partidário ou do FEFC.

#### **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Todos os candidatos, inclusive os que tiverem renunciado, desistido, sido substituído ou com registro indeferido, mesmo que não tenham realizado campanha, devem prestar contas à Justiça Eleitoral. De igual modo, também devem prestar contas os órgãos partidários nacionais, estaduais, distritais e municipais, ainda que constituídos sob forma provisória.

Se o candidato falecer, a obrigação de prestar contas referente ao período em que realizou campanha será de responsabilidade de seu administrador financeiro ou, na sua ausência, no que for possível, da respectiva direção partidária.

O candidato fará, diretamente ou por intermédio de pessoa por ele designada, a administração financeira de sua campanha usando recursos repassados pelo partido, inclusive os relativos à quota do Fundo Partidário ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), recursos próprios ou doações de pessoas físicas.

É obrigatória a constituição de advogado para atuação no processo de prestação de contas.

A arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais devem ser acompanhadas por profissional contábil desde o início da campanha, o qual realizará os registros contábeis pertinentes

#### **PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL**

Os partidos políticos e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a enviar, por meio do SPCE, à Justiça Eleitoral, para divulgação em página criada na internet para esse fim:





## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

- Os dados relativos aos recursos financeiros recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento;
- O relatório parcial discriminando as transferências do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os recursos financeiros e os estimáveis em dinheiro recebidos, bem como os gastos realizados.
- A prestação de contas parcial de campanha deve ser encaminhada por meio do SPCE, pela internet, até o dia 13 de setembro do ano eleitoral, dela constando o relatório que discrimina as transferências do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, os recursos em dinheiro e os estimáveis em dinheiro recebidos, bem como os gastos realizados.
- A não apresentação tempestiva da prestação de contas parcial ou a sua entrega de forma que não corresponda à efetiva movimentação de recursos caracteriza infração grave, salvo justificativa acolhida pela justiça eleitoral, a ser apurada na oportunidade do julgamento da prestação de contas final.

#### **PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL**

As prestações de contas finais, relativas ao 1º turno, de todos os candidatos e de partidos políticos, em todas as esferas, devem ser encaminhadas, via SPCE, à Justiça Eleitoral até o dia 1 de novembro.

Por outro lado, o prazo estabelecido também é o dia 1 de novembro para prestação de contas acerca de doações e gastos que partidos e candidatos que disputaram o segundo turno tenham realizado em favor dos candidatos eleitos no primeiro turno. Já o dia 19 de novembro é o termo final para encaminhamento das prestações de contas referentes aos dois turnos.

#### **SOBRAS DE CAMPANHA**

**DOAÇÕES PRIVADAS:** As sobras financeiras devem ser transferidas ao órgão partidário na circunscrição do pleito, o qual será responsável exclusivo pela identificação desses recursos, sua utilização, contabilização e respectiva prestação de contas perante o juízo eleitoral competente.

**FUNDO PARTIDÁRIO:** As sobras financeiras devem ser transferidas para a conta bancária do partido político destinada à movimentação de recursos dessa natureza.

**FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC):** Os valores utilizados não constituem sobras de campanha e devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional integralmente por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) no momento da prestação de contas.

**RECURSOS DE FONTE VEDADA E DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA:** Os valores devem ser transferidos ao Tesouro Nacional após a decisão final que julgar a prestação de contas

O comprovante de transferência das sobras de campanha deve ser juntado à prestação de contas do responsável pelo recolhimento, sem prejuízo dos respectivos lançamentos na contabilidade do partido político.

As despesas com consultoria, assessoria e pagamento de honorários realizadas em decorrência da prestação de serviços advocatícios e de contabilidade no curso das campanhas eleitorais serão consideradas gastos eleitorais, mas serão excluídas do limite de gastos de campanha. Para fins de pagamento destas despesas, poderão ser utilizados recursos da campanha, do candidato, do Fundo Partidário ou do FEFC.

A arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais devem ser acompanhadas por profissional contábil desde o início da campanha, o qual realizará os registros contábeis pertinentes



## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

#### **CALENDÁRIO ELEITORAL**

A PARTIR DE 30 DE JUNHO

Vedado às emissoras de transmitir programa apresentado ou comentado por pré-candidato.

2 DE JULHO

(TRÊS MESES ANTES DAS ELEIÇÕES)

Data a partir da qual é vedada a qualquer candidato comparecer a inaugurações de obras públicas.

ENTRE 20 DE JULHO E 5 DE AGOSTO

Realização das convenções partidárias para escolha dos candidatos pelos partidos e deliberação sobre coligações. As convenções poderão ser por meio virtual.

15 DE AGOSTO

Último dia para registro de candidaturas.

Início do prazo para que a Justiça Eleitoral convoque partidos, federações e emissoras de rádio e TV para elaboração do plano de mídia, com prazo até o dia 21 de agosto.

16 DE AGOSTO

Início da propaganda eleitoral, inclusive na internet.

26 DE AGOSTO

Início da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão relativa ao primeiro turno.

9 DE SETEMBRO

Divulgação, pelos partidos políticos, federações, coligações e candidatos, de relatório, discriminando as transferências do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, os recursos em dinheiro e os estimáveis em dinheiro recebidos, bem como os gastos realizados.

29 DE SETEMBRO

(QUINTA-FEIRA)



## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

Último dia para a propaganda gratuita em rádio e TV.

Último dia para a propaganda mediante reuniões públicas, comícios e sonorização fixa.

Último dia para a realização de debates em rádio e TV, sendo admitida sua extensão até as 7h do dia 30 de setembro de 2022.

**30 DE SETEMBRO**

**(SEXTA-FEIRA)**

Último dia para a propaganda paga na imprensa escrita.

**1 DE OUTUBRO**

**(SÁBADO)**

Último dia para, até as 22 horas, haver realização da propaganda eleitoral mediante carreata, passeata e caminhada, acompanhadas ou não de carro de som e mini trios, bem como a distribuição de adesivos.

**2 DE OUTUBRO**

**(DOMINGO)**

**1º TURNO DAS ELEIÇÕES 2022.**

**3 DE OUTUBRO, APÓS AS 17H**

**(SEGUNDA-FEIRA)**

Data a partir da qual podem funcionar alto-falantes e amplificadores de som, podem ser realizados comícios e aparelhagem de sonorização fixa, bem como distribuição de material gráfico e serão permitidas a divulgação paga, na imprensa escrita, e a reprodução na internet do jornal impresso, de anúncios de propaganda eleitoral.

**7 DE OUTUBRO**

Início da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão relativa ao segundo turno.

**27 DE OUTUBRO**

Último dia para propaganda política mediante reuniões públicas ou promoção de comícios e utilização de sonorização fixa.



## **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**

### **EXECUTIVA NACIONAL**

**28 DE OUTUBRO**

Último dia da propaganda eleitoral gratuita, para a divulgação paga de anúncios de propaganda eleitoral na imprensa escrita e para a realização de debate no rádio e na televisão.

**29 DE OUTUBRO**

Último dia para propaganda eleitoral mediante alto-falantes e distribuição de material gráfico, caminhada, carreata ou passeata.

**30 DE OUTUBRO**

**2º TURNO DAS ELEIÇÕES 2022.**

**01 DE NOVEMBRO**

Último dia para encaminhamento das prestações de contas referentes ao 1º turno, bem como para informação à JE sobre as doações e os gastos realizados em favor de candidatos eleitos no 1º turno e para transferências de sobras de campanha e dos valores do FEFC para candidatos que disputaram o 1º turno.

Último dia para remoção das propagandas relativas ao primeiro turno das eleições e promoção da restauração do bem em que afixadas, se for o caso.

**19 DE NOVEMBRO**

Último dia para encaminhamento à JE das prestações de contas referentes aos dois turnos e para transferência de sobras de campanha de candidatos que disputaram o 2º turno.

**15 DE DEZEMBRO**

Último dia para a publicação da decisão eleitoral que julgar as contas dos candidatos eleitos.

**19 DE DEZEMBRO**

Último dia para a diplomação dos eleitos.